

## 3.6. O DECRETO AD GENTES SOBRE A ATIVIDADE MISSIONÁRIA DA IGREJA E O VATICANO II

Paulo Suess

### 1. RESUMO E OBJETIVO

#### Resumo

*Pelo Vaticano II (1962-1965), a Igreja procurou assumir perguntas e propostas do mundo moderno. Como traduzir os artigos de fé, os sinais de esperança e as práticas de solidariedade para os interlocutores "mundo" e "humanidade" que os consideram, em seu significado simbólico, incompreensíveis, em seu conteúdo, ultrapassados e, em sua aparência, folclóricos? Os papas João XXIII (Pacem in Terris, 1963) e Paulo VI (Ecclesiam Suam, 1964) cunharam novos macroparadigmas, como *aggiornamento* e *diálogo*, relevantes para a atividade missionária e sua interlocução com o mundo e as religiões não-cristãs. Nos processos conciliares que levaram à redefinição da missão, assiste-se um deslocamento de uma Igreja que tem missões territoriais, pelas quais faz coletas e pede orações, para uma Igreja na qual a missionariedade representa uma orientação fundamental de todas as suas atividades.*

#### Objetivo

O primeiro objetivo desta aula é acompanhar o processo histórico que culminou na promulgação do Decreto *Ad Gentes* em 7 de dezembro de 1965. O segundo objetivo é sistematizar o pensamento teológico da missão, não só no Decreto *Ad Gentes*, mas também nos outros documentos do Vaticano II. O terceiro Objetivo é apontar para a relevância do novo paradigma missionário que emerge da passagem da missão como atividade territorialmente limitada para a descoberta da missão como natureza da Igreja.

### 2. TRÂMITES PRÉ-CONCILIARES

O anúncio do Concílio, na festa da conversão do apóstolo Paulo, dia 25 de janeiro de 1959, na Basílica de São Paulo Fora dos Muros, tem um profundo significado simbólico. Data, lugar e pessoa escolhidos pelo papa João XXIII (1958-1963) apontam para uma Igreja que inicia uma nova caminhada celebrando a sua conversão, para uma Igreja apostólica, com responsabilidade salvífica para toda a humanidade, e para uma Igreja cuja identidade não é assegurada por muros, mas que se encontra a si mesma, exatamente, "fora dos muros".

#### 2.1. Comissão Antepreparatória

Quatro meses depois do anúncio do Concílio, João XXIII instituiu, na festa de Pentecostes, no dia 17 de maio de 1959, a Comissão Antepreparatória para pedir sugestões do episcopado universal, das Universidades Católicas, das Faculdades Pontifícias, das Congregações Religiosas e das Congregações Romanas, que depois deveriam ser sistematizados e encaminhados ao Concílio.

A Comissão Antepreparatória foi presidida pelo cardeal Domenico Tardini, Secretário de Estado do Vaticano. Tardini chamou, para secretário dessa Comissão, Pericle Felici, que mais tarde, como secretário-geral da Comissão Central do

Concílio, se tornou uma pessoa-chave para todo o Vaticano II. Entre o envio da carta oficial de Tardini, que pediu essas sugestões (19.6.1959) e o fim da consulta (30.10.1959) decorreu pouco tempo. Em 16 de fevereiro de 1960, Tardini pediu aos secretários das Congregações Romanas que preparassem até meados de março, na base do retorno da consulta e do próprio trabalho, propostas que a Comissão Antepreparatória deveria avaliar. Também a Congregação pela Propagação da Fé, a *Propaganda Fide*, constituiu uma comissão interna que elaborou 23 propostas, que entregou em 28 de março de 1960 ao cardeal Tardini (**Primeiro Documento**). A Comissão Antepreparatória terminou seu trabalho, em 1º de maio de 1960, com a coleção de 5.515 páginas.

## 2.2. Comissão Preparatória Central e dez Comissões

A 5 de junho de 1960, novamente na festa de Pentecostes, João XXIII instituiu a Comissão Central com dez Comissões Preparatórias e três secretariados que deveriam trabalhar sobre as páginas até então colecionadas. Os presidentes dessas comissões preparatórias eram sempre os prefeitos das congregações romanas correspondentes. Essas presidências asseguravam o papel preponderante da Cúria Romana sobre o processo preparatório do Concílio. O prefeito da Congregação pela Propagação da Fé, o cardeal Agagianian, patriarca armênio da Cilícia, foi nomeado presidente da Comissão das Missões.

A Comissão (Preparatória) das Missões estava integrada por 22 membros e 32 consultores. Na representação por nacionalidades sobressaem a Europa e o Norte. A maioria desses representantes não veio dos "territórios missionários". Os secretários adjuntos da Comissão das Missões, S. Paventi e N. Kowalsky, ambos funcionários da *Propaganda Fide*, dominaram o processo preparatório.

A sessão inaugural da Comissão das Missões aconteceu no dia 24 de outubro de 1960, na Igreja da *Propaganda Fide*. Foram instaladas cinco subcomissões com temáticas específicas: sacramentos e liturgia (1), governo nas Missões e direito canônico (2), vida do clero e do povo (3), reforma na formação do clero e dos religiosos (4), ajuda dos fiéis às Missões (5).

Os resultados das subcomissões foram discutidos em duas sessões plenárias da Comissão Preparatória das Missões, a primeira, de 17 a 26 de abril de 1961, e a segunda, de 20 a 30 de novembro de 1961. Para a segunda sessão plenária, uma nova subcomissão redigiu os diferentes trabalhos das subcomissões, segundo as exigências dos representantes da *Propaganda Fide*, em forma canônica de "decretos", com uma *demonstratio* e uma *dispositio* e, obviamente, em latim.

Numa última sessão dos secretários das subcomissões com os secretários adjuntos, Paventi e Kowalsky, no dia 2 de fevereiro de 1962, se conseguiu uma redação final do Prefácio. As divergências sobre o conceito "missão" eram grandes. Finalmente, no dia 6 de fevereiro 1962, o *Prefácio* e os sete esquemas de *Decretos* estavam na mesa da Comissão Preparatória Central que os discutiu em várias sessões (**Segundo Documento**).

Depois das discussões da Comissão Preparatória Central, o novo presidente e relator dessa comissão, cardeal Confalonieri, alegou que a maior parte dos *Decretos* do esquema "De Missionibus" coincide com documentos de outras comissões e impôs cortes drásticos. Dos textos apresentados pela Comissão das Missões sobraram, com algumas modificações, apenas o *Prefácio*, o primeiro e o último dos sete esquemas ("Do governo das Missões" e "Da cooperação com as Missões"). Nos dois capítulos restantes foi inserido um texto sobre o apostolado dos leigos nas missões, vindo da Comissão Preparatória "De Apostolatu Laicorum" (cf. PAVENTI, p. 55s). Esse novo minidocumento formou o *Schema decreti de missionibus*, no início de junho 1962 (**Terceiro Documento**). Não foi enviado à apreciação dos padres conciliares. A questão da missão não era prioritária para a Comissão Preparatória Central. A *Propaganda Fide* lutava por sua própria sobrevivência, que estava ligada à sobrevivência da abordagem territorial das missões ("ter missões"), centralizadas e dependentes diretamente de Roma.

### 3. OS ATORES DO VATICANO II

Cinco atores, com prós e contras, marcaram o Vaticano II: o Povo de Deus com novas experiências pastorais (a), o papa João XXIII (b), um grupo de teólogos (c), os padres conciliares (d) e a Cúria Romana (e).

a) Novas experiências pastorais no interior do povo de Deus preparavam o clima que fez brotar o Concílio e o Concílio os assumiu e, no interior de uma nova eclesiologia. Entre os canteiros de obras pastorais mais importantes da época pode-se elencar:

- A coragem da opção pelos *outros*, de um Charles de Foucauld (1858-1916) e dos seus seguidores nos mais diversos movimentos espirituais e fundações religiosas, antecipava questões posteriormente articuladas em torno do paradigma da inculturação.

- A lucidez da opção pelos operários de um Joseph Cardijn, que em 1924 fundou na Bélgica a Juventude Operária Cristã (JOC), inspirando a Ação Católica com seu método da "revisão de vida" (*ver, julgar, agir*), influenciou profundamente o Concílio, que conseguiu fazer uma "revisão da vida eclesial". Posteriormente, a Pastoral da América Latina e os documentos eclesiais se beneficiaram por muito tempo do método *ver, julgar, agir*.

- A criatividade e tenacidade dos movimentos litúrgico, bíblico e ecumênico abriram perspectivas para a celebração da vida e para a leitura da palavra de Deus historicamente contextualizadas num horizonte escatológico de unidade eclesial.

- A sobriedade missionária do movimento dos padres operários e da *Mission de France*, o despojamento de um Abbé Pierre, fundador do movimento dos maltrapilhos-constructores de Emaús, já apontavam para a opção pelos pobres e pelos que mais sofrem.

b) O papa João XXIII não é o criador solitário do *aggiornamento*, mas a sua expressão corajosa. Muitas experiências proféticas de *aggiornamento* passaram, antes de João XXIII, por momentos de suspeita, de proibições e desqualificações eclesiais. Ele tem o mérito de devolver a voz seqüestrada de muitos profetas e de encorajar teólogos silenciados. Com coragem profética João XXIII convocou um concílio "fora dos muros". João XXIII abriu as janelas para a história da Igreja e para a realidade do momento presente; descortinou um horizonte de esperança.

c) A coragem da prática pastoral foi – por longos anos pré-conciliares – acompanhada pela retidão intelectual de muitos teólogos que resistiram à perda de realidade no interior da Igreja. Com seu serviço teológico ao povo de Deus, ultrapassaram as fronteiras do legalismo e puseram a sua vida profissional em risco. Muitos desses teólogos – Chenu, Lubac, Congar, Rahner, entre outros – chegaram arrastados na corrente da suspeita e da proibição à porta do Concílio.

d) Durante o pontificado de Pio XII (1939-1958), havia poucos apelos à participação dos bispos no governo universal da Igreja. O processo conciliar, a convivência com os colegas, as conversas em círculos de afinidade pastoral e algumas palestras e textos de teólogos produziram um clima de abertura e participação entre os padres conciliares. Com grande maioria, logo na primeira sessão do Concílio, os bispos rejeitaram seis dos sete esquemas previamente enviados, preparados e controlados por setores da Cúria Romana. Esta coragem foi o início de uma marcha para "fora dos muros".

e) Desde o anúncio do Concílio, a Cúria Romana deixou transparecer uma certa resistência contra a abertura e o *aggiornamento* de João XXIII. O que estava em jogo eram duas eclesiologias diferentes: "Igreja sociedade perfeita" e "Igreja-Povo de Deus". Depois da rejeição dos seis esquemas, a Cúria Romana tentou salvar sua posição através de emendas, pressões sobre o próprio papa e sobre os padres conciliares. No tempo pós-conciliar recuperou sua hegemonia através de uma

política de análises alarmantes e pessimistas, de nomeações episcopais e de intervenções em congregações religiosas (CLAR!), Conferências Episcopais e dioceses, e de um controle rígido de faculdades e produções teológicas.

Não compreenderia bem o tempo pós-conciliar quem não visse também, nesse setor curial, preocupações justificáveis. A proposta de mudanças, pelo Vaticano II, causou inseguranças em muitos pastores. Na era da incerteza e do desamparo pós-conciliar, pós-1968, pós-Muro de Berlim e pós-moderno, surgiu a figura carismática de João Paulo II como a promessa de um mundo novo: jovial e paternal ao mesmo tempo, vindo da aflição eclesial do leste europeu, socialmente sensível, prometendo certezas através de uma certa rigidez na aplicação de fórmulas doutrinárias, litúrgicas e vivenciais. Nas fronteiras incertas entre o real e a sua representação, as viagens de João Paulo II deram às massas populares o sentimento de estarem em boas mãos.

## 4. CAMINHO TORTUOSO ATÉ O DECRETO *AD GENTES*

### 4.1. Da primeira até o início da terceira sessão

Com a abertura do Concílio, no dia 11 outubro de 1962, terminou o mandato das Comissões Preparatórias. Além de alguns Secretariados, o Regulamento do Concílio previu 10 comissões conciliares, cada uma com 16 membros eleitos pelos Padres conciliares e 9 membros (incluído o respectivo presidente) nomeados pelo papa. Nessa primeira etapa do Concílio, entre 11 de outubro e 8 de dezembro de 1962, os Padres conciliares rejeitaram todos os esquemas apresentados, menos o documento sobre a liturgia.

Ao iniciar o Concílio, o cardeal Agagianian, da *Propaganda Fide*, foi novamente nomeado presidente da *Comissão das Missões*. Ele elegeu Vítor Sartre e José Lecuona Labandibar como vice-presidentes e Saverio Paventi como secretário. Durante a primeira sessão do Concílio, Agagianian e os estrategistas da *Propaganda Fide* não convocaram a *Comissão das Missões* para nenhuma sessão de trabalho. Na aula conciliar e nos corredores, a *Propaganda Fide* recebeu críticas, sobretudo de bispos da África e da Ásia, que propuseram a transformação estrutural da *Propaganda Fide* num organismo de apoio econômico, sem poder jurídico.

Depois do primeiro período do Concílio, o vice-presidente da *Comissão das Missões*, Sartre, e o secretário, Paventi, com alguns peritos que moravam em Roma, reuniram-se no dia 18 de dezembro de 1962 para dar início a uma série de sessões de trabalho e discussões em torno de um **quarto documento**, que deveria ser enviado para a apreciação da Comissão de Coordenação. Na sessão do dia 22 de janeiro de 1963, Agagianian deu algumas diretrizes. Incentivou contatos com outras comissões e convocou uma primeira reunião plenária da *Comissão das Missões* para o dia 20 de março 1963.

Dia 30 de janeiro de 1963, o cardeal Cicognani comunicou, em nome da Comissão de Coordenação, que os trabalhos da Comissão das Missões devem prosseguir na base do esquema de junho de 1962. Portanto, para as reuniões plenárias da *Comissão das Missões*, entre os dias 20 e 29 de março de 1963, membros e peritos receberam basicamente o terceiro documento (*Schema decreti de missionibus: De Regimine Missionum e De Cooperatione Missionali*) como base para seu trabalho. Nas reuniões plenárias da *Comissão das Missões* houve pouco consenso. Pressionado pelo tempo, a Comissão aprovou uma estrutura semelhante à do terceiro documento.

O texto desse **quarto documento** foi, no dia 3 de julho 1963, apreciado pela Comissão de Coordenação, que o devolveu com muitas críticas. Em seguida, com poucas modificações, foi enviado aos padres conciliares para ser discutido na segunda etapa conciliar.

Durante o segundo período do Concílio (29.9.-4.12.1963), novamente surgiram na *Comissão das Missões*, agora já em posse das críticas de alguns pareceres dos bispos, divergências insuperáveis. Nessa segunda etapa do Concílio, a Comissão Teológica decidiu integrar à "Constituição sobre a Igreja" um capítulo sobre natureza e índole missionária da Igreja (cf. LG 17). Em 10 sessões plenárias, a *Comissão das Missões* produziu com o título "*De Missionibus*" um **quinto documento**, aprovado em 3 de dezembro com ampla maioria da Comissão.<sup>1</sup> Em janeiro de 1964 foi aprovado pela Comissão de Coordenação e em seguida enviado aos padres conciliares, que deveriam dar um retorno até 31 de março de 1964. Voltaram 67 propostas para emendas, configurando um volume de 283 páginas. Cinco apreciações falaram em nome de suas respectivas Conferências Episcopais. Para o dia 4 de maio de 1964, estava marcada a próxima sessão plenária da *Comissão das Missões*.

Antes de a *Comissão das Missões* poder apreciar as propostas de emendas dos padres conciliares, ocorreu – sob pressão do tempo e das prioridades estabelecidas – uma intervenção administrativa, que obrigou a *Comissão das Missões* a abrir mão dos textos elaborados e produzir um **sexto documento** em forma de uma declaração de princípios. O que aconteceu?

No dia 23 de abril de 1964, o secretário-geral do Concílio, Pericle Felici, publicou a decisão da Comissão Central de Coordenação de que, no interesse de uma concentração do trabalho, todos os textos ainda não discutidos na aula conciliar deveriam ser resumidos em "Proposições" e "Princípios". Como *Schemata propositionum* deveriam, sem grandes discussões, ser apresentados aos padres conciliares para a votação. A *Comissão das Missões* estava diante da tarefa impossível de atender às expectativas do episcopado, de equacionar as divergências internas e de obedecer à Comissão Central.

Sob a pressão de redigir um texto curto, a *Comissão das Missões* produziu um **sexto documento**, de poucas páginas, que recebeu o título "*De activitate missionali ecclesiae*". Era composto de um prefácio e 13 apontamentos para a atividade missionária.<sup>2</sup> No dia 26 de maio de 1964, esse novo documento foi entregue ao cardeal Cicognani e no dia 3 de julho, enviado aos padres conciliares.

## 4.2. Paulo VI na aula conciliar e reação crítica

Depois do início do terceiro período do Concílio (14.9.-21.11.1964), a *Comissão das Missões* realizou ainda três sessões, ampliou os 13 apontamentos para 14, incluindo um item sobre a responsabilidade da Igreja universal com as missões, e preparou o "Esquema de Proposições sobre a Atividade missionária da Igreja" para a avaliação e votação na aula conciliar.

No dia 5 de novembro, o secretário do Concílio, Felici, surpreendeu o plenário com o aviso de que no dia seguinte, na 116ª Congregação Geral, a discussão do esquema sobre a "Igreja no mundo contemporâneo" (esquema 13) seria interrompida para se dar início à discussão sobre o esquema *De Activitate Missionali Ecclesiae*. O papa participaria dessa sessão. Foi a primeira vez em que o papa participou de uma sessão ordinária do Concílio. Queria dar um sinal, mas caiu na armadilha organizacional.

Os leigos, dizia o Papa, "ofereçam orações, práticas de piedade e auxílios materiais para generosa ajuda e conforto dos arautos do Evangelho", que são, supostamente, os padres missionários. Mantém-se a hierarquia clerical também no interior dos "territórios de missão": "sacerdotes" missionários, "auxiliares missionários de

<sup>1</sup> A estrutura desse quinto documento foi: Prefácio, I. Sobre os princípios doutrinários, II. Razões gerais do apostolado missionário, III. Sobre a formação missionária (A. Missionários estrangeiros, B. Missionários nativos), IV. Sobre a cooperação missionária.

<sup>2</sup> Os 13 itens do documento foram: 1. Necessidade da missão; 2. Pregação do Evangelho; 3. Trabalho missionário; 4. Conselho Central de Evangelização, 5.-8. Dever missionário dos bispos, dos sacerdotes, dos Institutos religiosos, dos leigos; 9. Ecumenismo e colaboração com os não-cristãos; 10.-12. Formação cultural, científico-técnica, catequética; 13. Institutos superiores.

ambos os sexos, catequistas e os que oferecem às Missões auxílios concretos". O "Decreto sobre o Apostolado dos Leigos" (AA) procurou corrigir essa visão que refletiu o convencional estilo missionário da *Propaganda Fide* (KLOPPENBURG [org.], 1965, vol. IV, 299s). Logo, não só os bispos-missionários, mas a maioria dos padres conciliares rejeitariam esse texto-esqueleto, que, antes de ser derrotado na urna, foi retirado da aula conciliar. As mudanças precisavam de uma nova fundamentação teológica.

### 4.3. Rumo à quarta sessão

No dia 16 de novembro de 1964, já no fim do terceiro período conciliar, a Comissão das Missões se reuniu numa sessão plenária e constituiu uma subcomissão para sistematizar as contribuições da aula conciliar.<sup>3</sup> No dia 20 de novembro, a subcomissão se reuniu pela primeira vez. Agagianian mandou avisar que não aceitaria o padre Congar como assessor da Comissão. A subcomissão justificou a escolha de Congar, que era da Comissão Teológica do Concílio. Na mentalidade da *Propaganda Fide* não coube uma nova eclesiologia. Depois de longas discussões, Congar foi aceito.

A subcomissão decidiu se reunir de 12 a 27 de janeiro de 1965, no seminário dos Verbitas de Nemi, com os peritos Congar, Seumois, Grasso, Neuner e Glazik. Nessa reunião, os membros da comissão estiveram todos presentes. Dos peritos só faltou Ratzinger, que mandou sua contribuição por escrito. Schütte, como presidente da subcomissão, apresenta os quatro projetos existentes. O grupo toma, basicamente, o texto de Congar, que distingue entre a salvação dos indivíduos, sem intervenção formal da Igreja, e a Igreja como meio necessário à salvação.

Agagianian, que chega no dia 12 de janeiro (1965), pronuncia-se novamente em favor do senso estrito da missão. Para ele, no dizer do padre Congar, o objetivo do documento que os padres conciliares deveriam aprovar, é, sobretudo, suscitar vocações missionárias e levantar fundos. No dia seguinte, 13 de janeiro, o grupo se divide em dois subgrupos. Um discute o *Proemium* (Introdução), que estará pronto no dia seguinte, e o outro, com Lecuona, Riobé, Neuner e Grasso, trabalha sobre o texto de Congar procurando incluir os pontos levantados no dia anterior. Esse **sétimo documento** é dividido em cinco capítulos: 1) Princípios doutrinários; 2) Obra missionária; 3) Os missionários; 4) Organização da atividade missionária; 5) Cooperação com os missionários (cf. KLOPPENBURG [org.], vol. V, 1966, p. 242). Em junho, o texto é enviado aos padres conciliares para ser discutido na quarta e última sessão do Concílio.

---

<sup>3</sup> Faziam parte dessa subcomissão os bispos Riobé (Orleans), Lokuang (Tainan, Formosa), Zoa, de Jaundé (Kamerun), Lecuona, bispo titular e superior-geral do Instituto Espanhol de São Francisco Xavier para as Missões Estrangeiras, de Burgos, e o superior-geral dos Verbitas (SVD), Schütte, que foi presidente dessa subcomissão.

#### 4.4. Esquema dos textos que precederam *Ad Gentes*

	<b>NOME CONFIGURAÇÃO</b>	<b>ELABORADO POR QUEM</b>	<b>BASE DO DOCUMENTO</b>	<b>QUANDO</b> (elaborado e entregue)	<b>DESTINO</b>
1	<b>23 Propostas</b>	Comissão interna da Propaganda Fide	- retorno da Consulta da Comissão Antepreparatória - propostas da <i>Propaganda Fide</i>	- antes do Concílio - 28.3.1960	Subsídio para a Comissão (Preparatória) das Missões
2	<b>Prefácio e sete Esquemas em forma de Decretos</b>	- Secretários das cinco Subcomissões - membros da Comissão das Missões	- 23 Propostas; - visão institucional e jurídica da Propaganda Fide;	- antes do Concílio - 6.2.1962	Devolução do Documento (12.5.62) pela Comissão Central que pede o corte de cinco esquemas
3	<b>Prefácio e dois Esquemas de Decretos sobre as Missões</b>	Comissão Preparatória das Missões	A Subcomissão Central impõe o corte de cinco esquemas do texto anterior	- antes do Concílio - junho 1962	- o Documento não é enviado aos padres conciliares; - o texto é retomado depois da 1ª sessão do Concílio (dez. 1962)
4	<b>Prefácio e dois Esquemas (Missão em si e Cooperação Missionária)</b>	- Grupo de Roma, - Comissão das Missões	Terceiro Texto (Prefácio e Esquema de Decretos sobre as Missões)	- entre a 1ª e a 2ª sessão do Concílio - junho 1963	- a Comissão Central de Coordenação devolve o documento com críticas; - com algumas revisões, antes do início da 2ª sessão, enviado aos padres conciliares.
5	<b>Das Missões</b>	Comissão das Missões	- Quarto Texto; - crítica da Comissão de Coordenação - retorno dos padres conciliares	- durante a 2ª sessão do Concílio - 3.12.1963	- aprovado pela Comissão de Coordenação (jan. 64); - enviado aos padres conciliares
6	<b>Esquema de 14 Proposições sobre a Atividade Missionária da Igreja</b>	Comissão das Missões	Ordem de 23 de abril de 1964: os Esquemas ainda não discutidos devem ser reduzidos a Proposições	- entre a 2ª e a 3ª sessão do Concílio - 26.5.1964	- aprovado pela Comissão Central; - enviado aos padres conciliares (3.7.64); - recomendado por Paulo VI (6.11.1964); - criticado pelos padres conciliares; - retirado antes da votação
7	<b>Esquema de Decreto sobre a Atividade Missionária em cinco capítulos</b>	- Subcomissão - Comissão das Missões	- elementos das discussões anteriores; - Propostas e críticas da 3ª sessão conciliar - colaboração de nova assessoria	- entre a 3ª e a 4ª sessão do Concílio - junho 1965	- discussão no 4º período conciliar (7 a 13.10.65); - votação de sondagem favorável com novas propostas; - volta para as emendas à Comissão das Missões
8	<b>Decreto <i>Ad Gentes</i> sobre a Atividade Missionária da Igreja</b>	- Cinco Subcomissões - Comissão das Missões	- Sétimo Texto; - 193 propostas de emendas, - 20 sufrágios; - 10 votações sobre as modificações	- durante a 4ª sessão do Concílio - 7.12.1965	- influência sobre Medellín, Puebla, Santo Domingo; - luta pela interpretação

## 4.5. Nascimento *Ad Gentes*

A quarta e última sessão do Concílio começou em 14 de setembro de 1965.<sup>4</sup> Entre os dias 7 e 13 de outubro é discutido o novo texto sobre a atividade missionária. Cinquenta padres conciliares tomaram a palavra. Um grupo significativo pediu a afirmação da necessidade da missão, apesar do reconhecimento da "possibilidade de salvação sem conhecimento do Evangelho e sem pertença visível à Igreja" (KLOPPENBURG [org.], vol. V, 1966, p. 243). Pediu-se também uma sensibilidade especial para a questão ecumênica e as áreas de convivência com os não-cristãos. Giocondo Grotti, do Acre, chamou a atenção para o papel dos leigos na missão, e Pedro Arrupe, o superior-geral da Companhia de Jesus, para a cooperação missionária, para a colaboração com a construção da paz e para o encontro em direção aos povos afro-asiáticos com suas culturas e religiões ancestrais. No final desse debate, o texto passou pela votação de sondagem com uma aprovação de 2.070 contra apenas 15 votos.

Para a próxima etapa, cinco subcomissões, uma para cada capítulo, trabalharam as sugestões de emendas de 193 padres conciliares. Já um mês mais tarde, nos dias 10 e 11 de novembro, a Comissão pediu 20 sufrágios sobre partes do texto que receberam muitas emendas (cf. KLOPPENBURG [org.], vol. V, 1966, p. 394ss). A maior parte das emendas foi aceita. O texto voltou depois à Comissão para a sua redação final. No dia 30 de novembro de 1965, a Comissão entregou aos padres conciliares o novo texto, pedindo 10 quesitos sobre as emendas feitas. Antes da promulgação, no dia 7 de dezembro de 1965, o "Decreto *Ad gentes* - Sobre a atividade missionária" recebeu o voto sim de 2.314 padres conciliares, contra apenas 5 votos não.

No mesmo dia 7 de dezembro de 1965, foi promulgada a "Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo" (GS), a "Declaração sobre a Liberdade Religiosa" (DH), poucos dias depois da promulgação da "Declaração sobre as Religiões Não-Cristãs" (NA, 28.10.65). O lugar do "mundo", da "missão", da "liberdade religiosa" na Igreja foi disputado e discutido até o último momento do Concílio. E essa discussão continua até hoje pelas diferentes leituras desses textos em Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992), e Roma, com o "Sínodo dos Bispos para a América" (1997) e a "Declaração *Dominus Iesus*" (2000), que procurou fechar um ciclo. Onde, para marcar a identidade, o Concílio derrubou paredes e colocou arbustos, a "Declaração sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja", levantou novamente muros. Mas, a travessia continua, nem sempre em linha reta.

## 5. TEOLOGIA DA MISSÃO COMO TEOLOGIA FUNDAMENTAL

A teologia da missão do Vaticano II não nasceu no canteiro de obras de *Ad Gentes*. A Propaganda Fide ainda não admitiu as novas perspectivas da reflexão teológica. A teologia da missão, no Vaticano II, emergiu de campos teológicos respaldados por novas práticas pastorais. Emergiram, concretamente, nos campos eclesiológico-pastorais, litúrgicos e ecumênicos, portanto, das Constituições sobre a Igreja

<sup>4</sup> Cada documento aceito para o debate da aula e pela aula conciliar, passou basicamente por quatro votações: 1. Votação de sondagem, depois dos debates; 2. Corrigido ou refeito o texto, o esquema é submetido a uma votação de cada pequena unidade, permitindo votar com *placet*, *non placet* ou *placet juxta modum*. 3. O esquema com as modificações aceitas pela Comissão é reapresentado com votação sobre as emendas e justificativa da Comissão sobre os modos não aceitos. O plenário vota com *placet* ou *non placet* sobre o texto em sua nova fase. 4. Última votação, na presença do Papa. Depois segue a promulgação.



(*Lumen Gentium, Gaudium et Spes*) e a Liturgia (*Sacrosanctum Concilium*), dos Decretos sobre o Ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*) e a Vocação dos Leigos (*Apostolicam Actuositatem*), e das Declarações sobre a Liberdade Religiosa (*Dignitatis Humanae*) e as Religiões Não-Cristãs (*Nostra Aetate*).

## 5.1. Por uma leitura intertextual

No conjunto dos documentos conciliares, configura-se uma seqüência de passos que constituem o início de uma nova caminhada missionária e missiológica:

1) Deus, que é amor, é centro, origem e fim da missão da Igreja. A recapitulação do mundo e da humanidade em Deus é o fim da missão da Igreja.

2) "Deus é amor" (1Jo 4,8.16) significa que Deus é relação. Seu amor transborda, como "amor fontal", do qual procede o *Logos* (o Verbo) e o *Pneuma* (o Espírito Santo). Deus se revelou como Deus-Trindade (AG 2-4).

3) O amor de Deus, sua "antropia", se concretiza nas missões do Filho (encarnação) e do Espírito (doação).

4) Jesus, o Enviado do Pai, é a Palavra viva de Deus que coloca os discípulos na linhagem da "Missão de Deus" (*Missio Dei*). A centralidade da missão é a centralidade de Deus que é amor que se doou no Espírito, e, portanto, que está presente no mundo e nas pessoas, sobretudo, nos pobres.

5) A "antropia" de Deus, seu olhar para a humanidade não é um olhar distante ou distanciado. O *olhar* de Deus é, ao mesmo tempo um *estar*, um estar presente no mundo, e um *enviar* ao mundo. O Concílio traduziu essa presença de Deus através da palavra "*aggiornamento*", fazer-se presente. O fazer-se presente no mundo contemporâneo, o Vaticano II declarou uma tarefa eminentemente eclesial e, portanto, missionária.

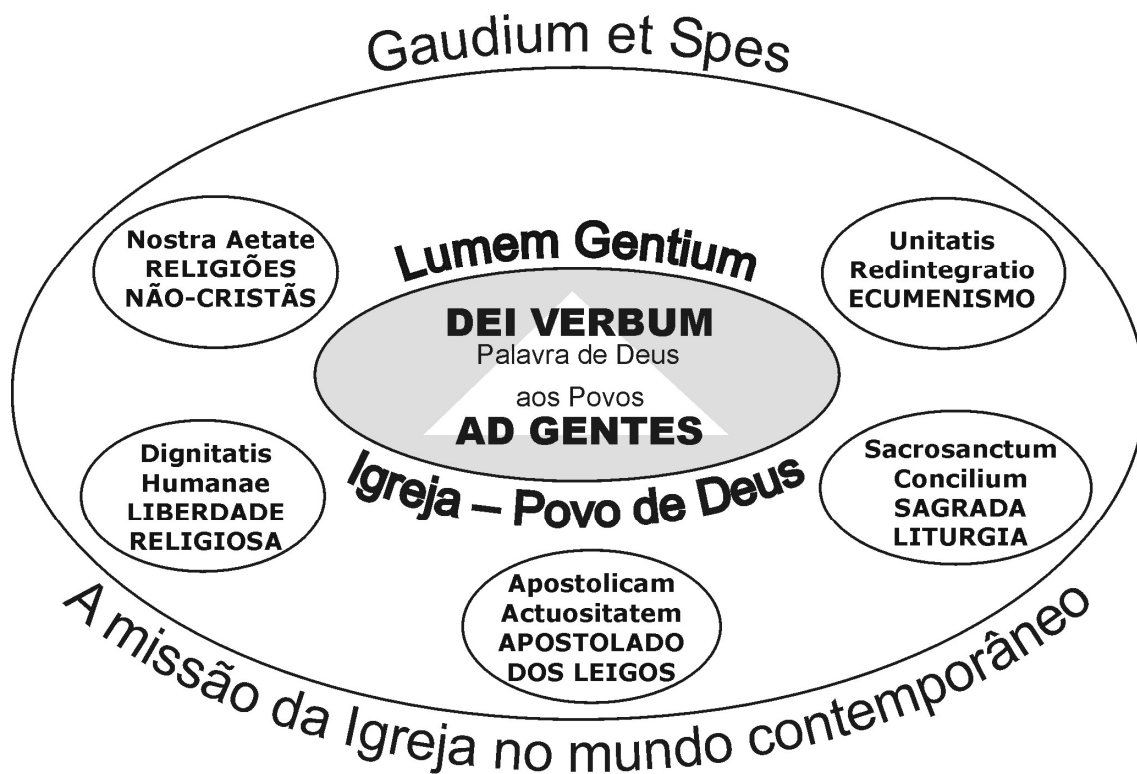
6) Essa presença de Deus encontrou a sua expressão nos textos que falam da inserção, da inculturação, da assunção da humanidade e do seu mundo cultural diversificado (AG 3b, Puebla 400), e da opção pelos pobres (GS 88, AA 8c.d, CD 13a, Medellín XIV 3,9). Também a metodologia do *ver, julgar, agir* tem uma conotação trinitária do *aggiornamento*: *ver* com o olhar de Deus, *julgar* segundo o discernimento do Espírito e *agir* segundo o exemplo de Jesus.

7) A PALAVRA DE DEUS AOS POVOS (*DEI VERBUM AD GENTES*, ver gráfico) é o ponto de partida para a missão da "Igreja - Povo-de-Deus". Existe "alguma semelhança entre a união das pessoas divinas e a união dos filhos de Deus na verdade e na caridade" (GS 24 c). É a Palavra de Deus, a Revelação, que instruiu os fiéis sobre DEUS AMOR que é DEUS PALAVRA que se fez carne. O rosto concreto do "Verbo Encarnado é solidariedade" (cf. GS 32).

8) O Verbo que se fez carne, na plenitude do tempo, é "médico corporal e espiritual" (SC 5a). O fim último da missão da Igreja é que Deus seja louvado em tudo e em todos. "A Constituição sobre a Sagrada Liturgia", o primeiro documento aprovado pelo Concílio (4.12.1963), através das discussões sobre a língua vernácula (SC 54) e a integração de elementos culturais da tradição dos povos na liturgia (SC 65), abriu timidamente caminhos para as discussões posteriores sobre o paradigma da inculturação.

9) Quando se quer saber de alguém, quem ele é, pergunta-se: "Você é natural de onde?". A Igreja, que se definiu como "povo-de-Deus peregrino" (LG, cap. 2), é "natural" de Deus e se dirige, em Jesus Cristo, a toda a humanidade. A missionariedade da Igreja é "natural" por causa de sua origem no amor transbordante de Deus.

10) Jesus enviou seus discípulos para anunciar a boa notícia da assunção, da recapitulação e da reintegração da humanidade e do mundo no projeto de Deus (Nova Aliança). A "Igreja Povo de Deus" vive o envio trinitário no seguimento de Jesus, anunciando o Reino como meta historicamente relevante e escatologicamente significativa. O novo Povo de Deus convoca toda a humanidade para o encontro definitivo com Deus.



11. A relevância histórica da missão está na sua vinculação com o projeto do Reino, que é uma proposta de ruptura com sistemas, lógicas, práticas e mentalidades, sem promessa de perfeição histórica. Essa ruptura é vivida na proposta dialética de assunção e transformação do mundo (cf. GS 22b; LG 13b; AG 3b, 22a.b; Puebla 400).

12) A Igreja é antes de qualquer estruturação hierárquica, povo de Deus. Como tal, todos os fiéis participam do sacerdócio comum (cf. LG 10) e da infalibilidade "no ato de fé". "O conjunto dos fiéis, unguídos que são pela unção do Santo (cf. 1 Jo 2,20 e 27), não pode enganar-se no ato de fé" (LG 12). Existe uma responsabilidade colegiada entre todos os batizados que têm um papel ativo na articulação, no desdobramento concreto e na propagação da fé (cf. LG 17). A missão visa a povos adultos na fé e livres no Espírito.

13) O Povo de Deus tem por "condição a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus", por "lei" o mandamento novo e por "meta" o Reino de Deus (LG 9b). O Povo de Deus se constitui a partir dos pequenos, pobres e excluídos. Na lógica do Reino, os outros, os pobres e os que vivem na esfera sombria do mundo, são caminhos da verdade e porta para a Vida.

14) A centralidade de Deus, sua proximidade com os pobres e sua verdade que liberta, exigem da Igreja uma natureza profética frente ao antiprojeto do reino do pão não partilhado, do poder que não se configura como serviço, do privilégio que favorece a acumulação e do prestígio que organiza eventos de ostentação em vez de articular processos de transformação. A natureza missionária da Igreja se desdobra em sua natureza mística (contemplação) e militante (luta). A partir dos conflitos que envolvem os pobres e os outros, os excluídos e os que sofrem, compreende-se a missão como militância por um mundo melhor, por transformações históricas e pessoais.

15) A "Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*", com sua abertura e seu otimismo, é que mais corresponde, entre todos os documentos, às intenções que levaram João XXIII à convocação do Vaticano II. Expressa a missão universal da Igreja como o Novo Israel que é constituído de todos os povos e nações e tem uma missão para com toda a humanidade (cf. LG 13a; 45). Universalidade significa que nenhuma pessoa seja excluída do amor de Deus. Missão e diálogo são expressões do bem-

querer recíproco, profundo e permanente do Povo de Deus para com a humanidade.

16) A partir da universalidade, a ação evangelizadora se reveste de formas múltiplas, mas nunca isoladas ou individualistas (cf. GS 32, PO 7). No interior da "Igreja-Povo de Deus" haverá, na unidade plural do Espírito Santo, uma certa comunhão e diversidade de bens, dons e metas.

17) O povo de Deus tem uma missão pública, histórica e profética, a serviço dos pobres, que é, ao mesmo tempo, uma missão escatológica. Ele "pretende somente uma coisa: continuar a obra do próprio Cristo" (GS 3b), que veio ao mundo "para dar testemunho da verdade" (Jo 18,37) e "para servir e não para ser servido" (Mc 10,45). E este serviço se desdobra no serviço à unidade dos cristãos (UR), à liberdade religiosa (DH), ao cultivo das relações com religiões não-cristãs (NA).

18) O povo de Deus é despojado no seu agir e aberto no seu anúncio. Admite que também fora da Igreja há salvação (cf. LG 16; AG 7a). O Vaticano II respalda a possibilidade da salvação aos seguidores de outras religiões (LG 16). Nessa abertura, o diálogo faz sentido. Deixa de ser uma artimanha estratégica e se torna uma categoria transcendental de liberdade e libertação.

## 5.2. À guisa de conclusão

O Concílio foi um evento marcado pelo Espírito Santo que expulsou, por um instante, o medo e o comodismo do povo de Deus, dos teólogos, do papa e dos bispos. O medo, porém, e a vontade de acomodar-se fora do território dos pobres que a cada dia aumentam, voltaram. Não são voltas simples ao passado. Ninguém defende hoje, explicitamente, o colonialismo, o etnocentrismo ou o autoritarismo. Mas, há substitutivos sofisticados para disfarçar novas colonizações. Um desses substitutivos é o fundamentalismo que perpassa todas as denominações religiosas. Os antigos fins prioritários da missão, salvar as almas dos pagãos e implantar a Igreja, acompanham esse fundamentalismo, não totalmente sem respaldo nos documentos conciliares. Autoritarismo e tutorismo institucionais que exigem juramentos de vassalagem e obediência cega, novamente se instalaram nas relações internas de Igrejas locais. A regressão a uma fé providencialista e infantil, que responsabiliza Deus por tudo, está dando as voltas por muitas Igrejas. Individualismo, corporativismo e consumismo dificultam a opção pelos pobres. A espectacularização litúrgica e, como falso remédio, o legalismo rubricista novamente mostram a sua cara.

O Vaticano II deixou marcas teológico-pastorais, como pontos de partida, para uma Igreja que se considera por sua natureza missionária, radicalmente local e universal e que se definiu como povo de Deus, sacramento universal da salvação e mistério. Assistiu-se nos processos, que forjaram o Decreto *Ad Gentes*, a um deslocamento do "ter missões" ao "ser missionário"; o deslocamento de uma Igreja que tem missões territoriais, pelas quais se fazem coletas e orações para que possam integrar a humanidade não-cristã na Igreja Católica, para uma Igreja na qual a missionariedade representa uma orientação fundamental de todas as suas atividades. A missiologia que era um anexo optativo ao campo da pastoral, migrou para o campo da teologia fundamental. A natureza missionária da Igreja significa "responsabilidade para com o mundo" (AG 36b), não de indivíduos isolados, mas de todo o povo de Deus. Diante do mundo espetacular, esse povo peregrino, "avançando pela estreita via da cruz" (AG 1c), não admite cruzadas nem proselitismos (cf. DH 10). Está ao lado dos vencidos, não dos vencedores.

O Concílio procurou articular três núcleos missiológicos: o labor missionário propriamente dito, o diálogo inter-religioso, a colaboração solidária nas grandes questões da humanidade, e, graças à vontade salvífica universal de Deus, a salvação além da Igreja Católica (cf. RATZINGER, 1976, p. 46). No fim, o que salva não é o missionário feito *homo faber*, mas a graça de Deus. O Evangelho da Graça pode ser anunciado a todos os povos. O Evangelho da Graça está presente em todas as formas de doação da vida: no diálogo paciente, na presença silenciosa e

no testemunho, na contemplação e na ação, na caridade e na justiça, mas, sobretudo na alegria, na simplicidade e na misericórdia. No anúncio dessa gratuidade da redenção muitos deram a vida. Derramaram seu sangue, romperam com a lógica de custo-benefício, contextualizaram o Vaticano II. O Evangelho da Graça anunciado por eles aponta para a possibilidade de um mundo para todos.

## 6. TAREFAS E PERGUNTAS

- De onde vieram os impulsos para o novo conceito de missão?
- Quais são os adjetivos que o Vaticano II dá à Igreja?
- Quem são os sujeitos da Igreja que é peregrina e por sua natureza missionária?
- Como se caracteriza em sua Igreja local a passagem de uma Igreja que tem missões para uma Igreja que é missionária?
- Ainda prevalecem os antigos fins da missão: "salvar almas" e "fundar Igrejas"?
- No documento *Ad Gentes* tem partes que reafirmam a territorialidade da missão e outros apontam para a essencialidade da missão. Como você pensa a convivência entre esses dois paradigmas?

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERIGO, Giuseppe; BEOZZO, José Oscar; FOUILLOUX, Étienne; KOMONCHAK, Joseph; WITTSTADT, Klaus (coords.). *História do Concílio Vaticano II*. Vol. 1. O catolicismo rumo à nova era: o anúncio e a preparação do Vaticano II: janeiro de 1959 a outubro de 1962. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRECHTER, Suso. Die Entstehungsgeschichte des Missionsdekrets. *Lexikon für Theologie und Kirche*. V. 14, Freiburg i.Br., Herder (Sonderdruck), 1986, p. 10-21.

CONGAR, Yves. *Journal d'un théologien 1946-1956*. Paris: Cerf, 2001.

\_\_\_\_\_. *Mon journal du Concile*. 2 vols., Paris: Cerf, 2002.

KLOPPENBURG, Boaventura. *Concílio Vaticano II*. Vol. I: Documentário preconiliar, 1962. Vol. II: Primeira Sessão, 1963. Vol. III: Segunda Sessão, 1964. Vol. IV: Terceira Sessão, 1965a [116<sup>a</sup>, 117<sup>a</sup>, 118<sup>a</sup> Congregação Geral: A atividade missionária da Igreja, p. 298-316]. Vol. V: Quarta Sessão, 1966 [146<sup>a</sup>, 147<sup>a</sup>, 148<sup>a</sup> Congregação Geral: A atividade missionária, p.257-276]. Petrópolis: Vozes, 1962-1966.

\_\_\_\_\_. A IV e última sessão do Vaticano II. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 25/3, 1965b, p. 425-488.

PAVENTI, Saverio. Entstehungsgeschichte des Schemas 'De activitate missionali ecclesiae'. In: *Schütte* 1967, p. 48-81.

RATZINGER, Joseph. Konzilsaussagen über die Mission außerhalb des Missionsdekrets. In: J. Schütte (org.) 1976, p. 21-47.

SUESS, Paulo. *A causa indígena na caminhada e a proposta do Cimi: 1972-1989*. Petrópolis, Vozes, 1989.